



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan
Departamento de Patrimônio e Administração – DPA
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPLAN
Coordenação de Contabilidade – CCONT
Notas Explicativas do 4º Trimestre de 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Brasília
Janeiro 2024

CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Desde a criação do Instituto, em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, os conceitos que orientam a atuação do Instituto têm evoluído, mantendo sempre relação com os marcos legais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento.

O Iphan possui 27 Superintendências Estaduais (uma em cada Unidade Federativa); 37 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas; e, ainda, seis Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro: Centro Lúcio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Centro de Cultura Paço Imperial, Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular; e duas em Brasília: o Centro Nacional de Arqueologia e Centro de Documentação do Patrimônio.

O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

As informações mencionadas acima e outras relacionadas a esta entidade podem ser encontradas no *site*: <https://www.gov.br/Iphan/pt-br>.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, do Decreto Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000.

Além das legislações já citadas, as demonstrações contábeis devem seguir as orientações dispostas nas **NBC TSP** - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no **MCASP** - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e nos **Manuais SIAFI** (macrofunções), os dois últimos desenvolvidos pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Não menos importante, as demonstrações contábeis são formuladas através de dados e informações inseridas nos sistemas estruturantes que compõe a execução orçamentária e financeira, assim como consolidadas e extraídas do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Portanto, as demonstrações contábeis obrigatórias aplicadas ao setor público são compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

ESTRUTURA E PRINCIPAIS CONCEITOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONFORME MCASP – MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- **Quadro Principal:** reflete a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis, sendo sua estrutura dividida em Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante.
- **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:** evidencia os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Na sua elaboração utiliza-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.
- **Quadro das Contas de Compensação (controle):** apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- **Quadro do Superavit / Déficit Financeiro:** demonstra o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos. Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada, cabe a cada ente adaptá-lo à classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

BP - Balanço Orçamentário

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) das entidades do setor público.

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei nº 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 11, NBC TSP 13 e demais legislações aplicáveis e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

O Balanço Orçamentário (BO) é composto por:

- **Quadro Principal:** O quadro principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. As receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução, conforme orientação da Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO).
- **Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados:** Nesse deverão ser informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- **Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados:** Nesse quadro, deverão ser informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Deverão ser informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior. O ente deverá ao final do exercício transferir os saldos de restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados. Não se faz necessária a coluna Liquidados, uma vez que todos os restos a

pagar evidenciados neste quadro já passaram pelo estágio da liquidação na execução orçamentária.

BF - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O objetivo principal do Balanço Financeiro é, portanto, evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício. Isso não deve ser confundido com a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, visto que, tal informação é evidenciada pelo Balanço Patrimonial.

Nesse sentido, ressalta-se que o Indicador de Superávit Financeiro (ISF) não foi criado para subsidiar a elaboração do Balanço Financeiro, logo este demonstrativo não conterà todas as contas contábeis de natureza patrimonial com ISF (F).

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- **receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada**, por fonte ou destinação de recurso, discriminando-as em recursos não vinculados, recursos vinculados (exceto ao RPPS) e os recursos vinculados ao RPPS;
- **as transferências financeiras recebidas e concedidas**, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;
- **as entradas e saídas em caixa e equivalentes de caixa** decorrentes de outras movimentações financeiras;
- **os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários**; e
- **o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte**, segregados em caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) e caixa e equivalentes de caixa - RPPS .

Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro.

No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.

Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

A discriminação por fonte ou destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

De acordo a NBC TSP, a demonstração do resultado (aqui denominada demonstração das variações patrimoniais – DVP) deve incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:

- **receita:** correspondente às variações patrimoniais aumentativas;
- **despesa:** correspondente às variações patrimoniais diminutivas;
- **parcela do resultado de coligadas e empreendimento controlado em conjunto** mensurada pelo método da equivalência patrimonial;
- **ganhos ou perdas antes dos tributos** reconhecidos na alienação de ativos ou **pagamento de passivos** relativos a operações em descontinuidade; e
- **resultado do período.**

Devem ser divulgados ainda, como alocações do resultado do período:

- resultado atribuível aos acionistas não controladores; e
- resultado atribuível aos acionistas controladores da entidade.

Outros itens e contas, títulos e subtotais devem ser apresentados na demonstração do resultado quando tal apresentação for relevante para a compreensão do desempenho financeiro da entidade. Os fatores a serem considerados incluem a materialidade, a natureza e a função dos componentes das VPA – Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva.

DFC - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

- **as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;**
- **os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e**
- **o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.**

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

As principais definições das estruturas da DFC são:

- **Caixa** compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.
- **Equivalentes de caixa** são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.
- **Fluxos de caixa** são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.
- **Atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade

- **Atividades de investimento** são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- **Atividades operacionais** são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

A DFC é composta por:

- Quadro Principal
- Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- Quadro de Juros e Encargos da Dívida

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

Assim, dentre os itens demonstrados, podemos citar:

- o resultado do período;
- cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido em virtude de norma específica (Ex.: aumento ou redução por reavaliação e ganhos, quando utilizada a reserva de reavaliação, ou perdas decorrentes de ajustes específicos de conversão para moeda estrangeira);
- os ajustes de exercícios anteriores;
- a destinação do resultado, como por exemplo, constituição de reservas e a distribuição de dividendos;
- as transações de capital com os proprietários como, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria. os juros sobre capital próprio e as distribuições aos proprietários;

- para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

Ressalta-se ainda que a DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Notas Explicativas

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL – 4º Trimestre de 2023 (Encerramento de Exercício)

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	69.080.324,72	41.792.049,49	PASSIVO CIRCULANTE	117.224.064,11	124.644.375,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.821.930,09	21.040.761,91	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	15.459.680,44	14.076.660,38
Créditos a Curto Prazo	49.771.612,75	20.340.422,39	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	49.771.612,75	20.340.422,39	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.189.536,42	11.990.222,22
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	67,43	422,87
Estoques	486.781,88	410.865,19	Transferências Fiscais a Curto Prazo	3.435.087,18	10.132.606,15
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	95.139.692,64	88.444.463,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE	411.664.243,69	852.788.588,13	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.342.588,66	11.472.971,72	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	11.342.588,66	11.472.971,72	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	11.346.611,29	11.476.994,35	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-4.022,63	-4.022,63	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	117.224.064,11	124.644.375,39
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-		2023	2022
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	2.389.435,30	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	361.131.069,00	769.936.262,23
Imobilizado	395.068.335,92	836.706.119,52	Resultado do Exercício	21.247.478,45	-23.171.789,52
Bens Móveis	36.421.514,18	56.157.880,36	Resultados de Exercícios Anteriores	769.318.070,43	786.281.778,97
Bens Móveis	51.737.960,19	56.374.861,78	Ajustes de Exercícios Anteriores	-429.434.479,88	6.826.272,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-15.316.446,01	-216.981,42	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.520.504,30	769.936.262,23
Bens Imóveis	358.646.821,74	780.548.239,16			
Bens Imóveis	360.616.484,93	782.252.125,21			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.969.663,19	-1.703.886,05			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	5.253.319,11	4.609.496,89			
Softwares	5.211.501,94	4.567.679,72			
Softwares	5.211.501,94	4.567.679,72			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.817,17			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.817,17			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	480.744.568,41	894.580.637,62	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	480.744.568,41	894.580.637,62

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	18.821.930,09	21.040.761,91	PASSIVO FINANCEIRO	166.826.479,97	140.593.896,72
ATIVO PERMANENTE	461.922.638,32	873.539.875,71	PASSIVO PERMANENTE	93.382.711,23	86.949.485,51
			SALDO PATRIMONIAL	220.535.377,21	667.037.255,39

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15.236.893,87	19.106.850,81	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	381.430.712,23	286.262.237,16
Atos Potenciais Ativos	15.236.893,87	19.106.850,81	Atos Potenciais Passivos	381.430.712,23	286.262.237,16
Garantias e Contragarantias Recebidas	397.905,49	295.169,72	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	12.338.988,38	18.811.681,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	203.635.380,70	150.692.297,51
Direitos Contratuais	2.500.000,00	-	Obrigações Contratuais	177.795.331,53	135.569.939,65
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	15.236.893,87	19.106.850,81	TOTAL	381.430.712,23	286.262.237,16

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-103.328.488,15
Recursos Vinculados	-44.676.061,73
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-39.664.824,67
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-5.011.237,06
TOTAL	-148.004.549,88

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 4º Trimestre de 2023 (Encerramento de Exercício)

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	627.179,00	627.179,00	1.262.182,16	635.003,16
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	13.698,00	13.698,00	89.071,73	75.373,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.698,00	13.698,00	89.071,73	75.373,73
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	267.258,00	267.258,00	613.785,24	346.527,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	267.258,00	267.258,00	613.785,24	346.527,24
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	346.223,00	346.223,00	559.325,19	213.102,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	346.223,00	346.223,00	532.157,90	185.934,90
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	26.893,19	26.893,19
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	274,10	274,10
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	627.179,00	627.179,00	1.262.182,16	635.003,16
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	627.179,00	627.179,00	1.262.182,16	635.003,16
DEFICIT	-	-	422.854.515,81	422.854.515,81
TOTAL	627.179,00	627.179,00	424.116.697,97	423.489.518,97
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-3.635.672,00	-	3.635.672,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-3.635.672,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	429.274.779,00	422.581.539,00	371.525.863,67	301.583.559,52	281.868.150,64	51.055.675,33
Pessoal e Encargos Sociais	202.658.568,00	212.426.515,00	207.833.148,13	207.833.148,13	192.138.558,37	4.593.366,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	226.616.211,00	210.155.024,00	163.692.715,54	93.750.411,39	89.729.592,27	46.462.308,46
DESPESAS DE CAPITAL	44.154.146,00	47.211.714,00	52.590.834,30	16.312.892,24	16.276.695,06	-5.379.120,30
Investimentos	44.154.146,00	47.211.714,00	52.590.834,30	16.312.892,24	16.276.695,06	-5.379.120,30
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	473.428.925,00	469.793.253,00	424.116.697,97	317.896.451,76	298.144.845,70	45.676.555,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	473.428.925,00	469.793.253,00	424.116.697,97	317.896.451,76	298.144.845,70	45.676.555,03

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	473.428.925,00	469.793.253,00	424.116.697,97	317.896.451,76	298.144.845,70	45.676.555,03

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.372.894,26	34.991.299,67	31.312.290,04	31.212.593,41	2.154.704,48	10.996.896,04
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.372.894,26	34.991.299,67	31.312.290,04	31.212.593,41	2.154.704,48	10.996.896,04
DESPESAS DE CAPITAL	34.985.257,30	23.549.555,61	30.573.465,61	29.985.504,51	2.093.665,83	26.455.642,57
Investimentos	34.985.257,30	23.549.555,61	30.573.465,61	29.985.504,51	2.093.665,83	26.455.642,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	44.358.151,56	58.540.855,28	61.885.755,65	61.198.097,92	4.248.370,31	37.452.538,61

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.781.061,29	23.545.971,73	22.854.886,35	1.202.977,97	3.269.168,70
Pessoal e Encargos Sociais	985,28	13.672.970,85	13.508.136,42	-	165.819,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.780.076,01	9.873.000,88	9.346.749,93	1.202.977,97	3.103.348,99
DESPESAS DE CAPITAL	584.371,16	9.731.945,20	9.590.157,33	617.476,15	108.682,88
Investimentos	584.371,16	9.731.945,20	9.590.157,33	617.476,15	108.682,88
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	4.365.432,45	33.277.916,93	32.445.043,68	1.820.454,12	3.377.851,58

BALANÇO FINANCEIRO - 4º Trimestre de 2023 (Encerramento de Exercício)

R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	1.262.182,16	736.251,12	Despesas Orçamentárias	424.116.697,97	366.062.631,00
Ordinárias	-	-	Ordinárias	269.704.902,67	269.385.574,72
Vinculadas	1.542.112,39	968.125,01	Vinculadas	154.411.795,30	96.677.056,28
Educação	10.908,48	-	Seguridade Social (Exceção Previdência)	86.473.479,90	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	87.244.787,16
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Dívida Pública	60.042.958,52	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.531.203,91	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	968.125,01	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	7.895.356,88	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	9.432.269,12
Recursos Não Classificados	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-279.930,23	-231.873,89	Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	858.148.435,47	723.715.403,13	Transferências Financeiras Concedidas	475.462.013,83	369.368.121,57
Resultantes da Execução Orçamentária	704.239.589,33	602.188.053,21	Resultantes da Execução Orçamentária	394.633.528,76	298.440.888,33
Repasso Recebido	348.616.295,57	305.180.631,06	Repasso Concedido	39.010.235,00	1.433.466,18
Sub-repasso Recebido	355.623.293,76	297.007.422,15	Sub-repasso Concedido	355.623.293,76	297.007.422,15
Independentes da Execução Orçamentária	153.908.846,14	121.527.349,92	Independentes da Execução Orçamentária	80.828.485,07	70.927.233,24
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	153.539.076,28	121.463.581,98	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	74.415.770,65	66.795.258,44
Demais Transferências Recebidas	289.493,80	48.652,01	Demais Transferências Concedidas	146.552,38	583.444,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	80.276,06	15.115,93	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.266.162,04	3.548.530,65
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	133.207.714,37	90.792.401,89	Pagamentos Extraorçamentários	95.258.452,02	75.964.935,73
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19.751.606,06	28.509.967,52	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	32.445.043,68	19.015.341,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	106.220.246,21	58.540.855,28	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	61.198.097,92	56.635.930,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.581.616,24	308.937,91	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.615.310,42	304.427,99
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.654.245,86	3.432.641,18	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	9.235,69
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,83	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	941,54
Arrecadação de Outra Unidade	5.648.399,27	3.428.844,10	Demais Pagamentos	-	8.294,15
Valores para Compensação	-	3.797,08			
Demais Recebimentos	5.845,76	-			
Saldo do Exercício Anterior	21.040.761,91	17.192.394,07	Saldo para o Exercício Seguinte	18.821.930,09	21.040.761,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.040.761,91	17.192.394,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.821.930,09	21.040.761,91
TOTAL	1.013.659.093,91	832.436.450,21	TOTAL	1.013.659.093,91	832.436.450,21

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 4º Trimestre de 2023 (Encerramento de Exercício)

R\$

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	32.529.352,87	43.231.889,77
INGRESSOS	866.646.478,90	728.193.233,34
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	89.071,73	63.971,00
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	613.785,24	504.067,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	589.325,19	168.212,62
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	865.384.296,74	727.456.982,22
Ingressos Extraorçamentários	1.581.616,24	308.937,91
Transferências Financeiras Recebidas	858.148.435,47	723.715.403,13
Arrecadação de Outra Unidade	5.648.399,27	3.428.844,10
Valores para Compensação	-	3.797,08
Demais Recebimentos	5.845,76	-
DESEMBOLSOS	-834.117.126,03	-684.961.343,57
Pessoal e Demais Despesas	-312.184.765,68	-284.769.564,28
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-366.346,64
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-92.415.699,60	-87.917.792,77
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.919,35	-20.591,22
Cultura	-219.591.802,05	-187.969.427,60
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-

	2023	2022
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-173.545,51	-8.494.464,51
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,83	-941,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-44.855.036,10	-30.510.935,58
Intergovernamentais	-22.706.018,43	-10.706.207,76
A Estados e/ou Distrito Federal	-513.000,00	-1.245.453,94
A Municípios	-22.193.018,43	-9.460.753,82
Intragovernamentais	-17.932.202,51	-17.851.140,44
Outras Transferências Concedidas	-4.216.815,16	-2.153.587,38
Outros Desembolsos Operacionais	-477.077.324,25	-369.680.843,71
Despêndios Extraorçamentários	-1.615.310,42	-304.427,99
Transferências Financeiras Concedidas	-475.462.013,83	-369.368.121,57
Demais Pagamentos	-	-8.294,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-34.748.184,69	-39.383.521,93
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-34.748.184,69	-39.383.521,93
Aquisição de Ativo Não Circulante	-29.848.579,56	-37.721.999,88
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.899.605,13	-1.661.522,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.218.831,82	3.848.367,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21.040.761,91	17.192.394,07
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	18.821.930,09	21.040.761,91

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 4º Trimestre de 2023 (Encerramento de Exercício)

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	930.741.218,85	752.235.508,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	702.684,07	568.361,00
Venda de Mercadorias	79.937,34	26.820,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	622.746,73	541.541,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	19,82	13.295,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19,82	13.295,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	863.404.433,49	738.121.462,82
Transferências Intragovernamentais	858.148.435,47	723.717.615,49
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.255.998,02	14.403.847,33
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	58.348.321,46	8.628.413,99
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	46.870.112,22	1.687.740,33
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.478.209,24	6.940.673,66
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.285.760,01	4.903.976,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2023	2022
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	8.285.760,01	4.903.976,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	909.493.740,40	775.407.298,33
Pessoal e Encargos	121.712.707,47	119.102.139,95
Remuneração a Pessoal	91.882.340,09	87.343.101,79
Encargos Patronais	18.093.470,55	17.911.796,51
Benefícios a Pessoal	8.611.172,48	7.290.423,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.125.724,35	6.556.818,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.270.346,43	93.567.763,94
Aposentadorias e Reformas	79.249.698,71	76.431.204,03
Pensões	16.009.748,69	15.080.783,15
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.010.899,03	2.055.766,78
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	135.957.732,36	99.084.580,55
Uso de Material de Consumo	1.148.353,71	933.953,66
Serviços	104.809.108,15	97.931.686,18
Depreciação, Amortização e Exaustão	30.000.270,50	218.940,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	259.396,05	6.177,84
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	259.265,05	4.334,52
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	130,00	1.843,32
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	503.235.904,63	439.296.157,70
Transferências Intragovernamentais	475.462.558,43	369.370.333,93
Transferências Intergovernamentais	19.471.419,94	18.287.541,84
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.500.000,00	22.693,32
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.801.926,26	51.615.588,61
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	49.033.668,79	23.387.341,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.023.964,81	4.022,63
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	16.135.451,76	22.295.709,78

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	28.874.252,22	1.087.608,76
Tributárias	105.982,47	102.911,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.680,63	32.245,33
Contribuições	43.301,84	70.686,61
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.918.003,20	860.235,24
Premiações	693.000,00	199.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	682.005,61	408.190,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	542.997,59	253.045,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	21.247.478,45	-23.171.789,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 4º Trimestre de 2023 (Encerramento de Exercício)

R\$

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	786.281.778,97	-	-	786.281.778,97
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	6.892.066,22	-	-	6.892.066,22
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-65.793,44	-	-	-65.793,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-23.171.789,52	-	-	-23.171.789,52
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	769.936.262,23	-	-	769.936.262,23

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	769.936.262,23	-	-	769.936.262,23
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	3.759.163,81	-429.434.479,88	-	-	-425.675.316,07
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-1.369.728,51	-618.191,80	-	-	-1.987.920,31
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	21.247.478,45	-	-	21.247.478,45
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	2.389.435,30	361.131.089,00	-	-	363.520.504,30

INFORMAÇÕES RELEVANTES REFERENTES AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO IPHAN NO 4º TRIMESTRE DE 2023

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

As informações referentes aos fornecedores e contas a pagar pertencem ao passivo do Balanço Patrimonial e representam as obrigações e dívidas que esta autarquia possuía no encerramento do exercício.

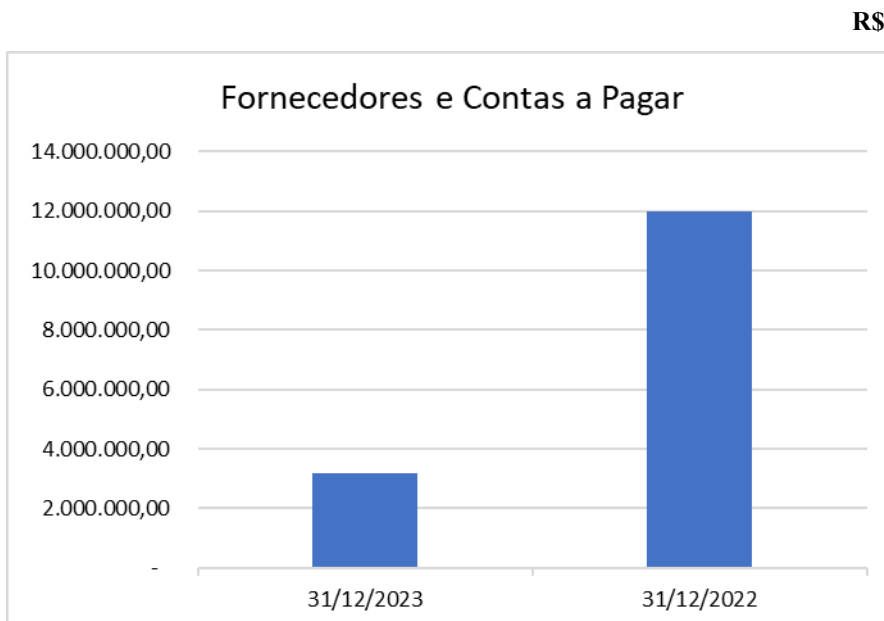
Portanto, no 4º trimestre de 2023, o Iphan finalizou o exercício com um montante de R\$ 3.189.536,42 relacionados a fornecedores e contas a pagar, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Fornecedores e Contas a Pagar

R\$			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Circulante			
Nacionais	3.189.536,42	11.990.222,22	-73,40
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante			
Nacionais	-	-	-
Estrangeiros	-	-	-
TOTAL	3.189.536,42	11.990.222,22	-73,40%

Fonte: SIAFI

Atualmente, todo o montante de fornecedores e demais obrigações em aberto se refere a credores nacionais e está classificado em contas de curto prazo. Em sua maior parte, relaciona-se as despesas com manutenção administrativa e obras de preservação do patrimônio histórico-cultural. Observa-se que o saldo deste item diminuiu em 73,40%, quando comparado com 31/12/2022.



A diminuição significativa de saldo se deu em razão da transferência de recursos financeiros do órgão superior (Ministério da Cultura) que possibilitou o pagamento das despesas liquidadas até meados do mês de dezembro de 2023.

A seguir, apresenta-se a tabela com todas as unidades gestoras contratantes e seus respectivos saldos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2023.

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

R\$

Unidade Gestora		31/12/2023	AV (%)
343001	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO AMAZONAS	87,74	0,01
343002	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARA	2.499,68	0,06
343003	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MARANHAO	374.572,71	11,74
343004	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO CEARA	27.504,50	0,86
343005	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM PERNAMBUCO	212.392,58	6,66
343006	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO	193.999,28	6,08
343007	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA	379.068,12	11,88
343009	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SÃO PAULO	113.515,25	3,56
343010	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARANÁ	50.475,28	1,58
343011	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SANTA CATARINA	36.934,02	1,16
343013	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MINAS GERAIS	96.505,45	3,03
343023	CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIAL	84.524,68	2,65
343024	CENTRO CULTURAL SÍTIO ROBERTO BURLE MARX	15.414,96	0,48
343026	IPHAN SEDE - EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1.418.616,69	44,48
343029	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL	57,22	0,01
343030	CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR	3.000,00	0,09
343032	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA	15.472,00	0,49
343033	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESPÍRITO SANTO	4.240,00	0,13
343034	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO DO SUL	35.091,06	1,10
343035	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM ALAGOAS	217,38	0,01
343036	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PIAUÍ	11.317,87	0,35
343037	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RONDÔNIA	408,58	0,01
343038	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RORAIMA	42.310,58	1,33
343040	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ACRE	44.396,50	1,38
343042	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO	1.000,00	0,03
343043	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM TOCANTINS	124,01	0,01
343046	CONDOMÍNIO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA	25.790,28	0,81
TOTAL		3.189.536,42	100,00%

FONTE: SIAFI

As Superintendências Estaduais localizadas no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Maranhão e na Bahia, em conjunto com a unidade central de execução financeira (COEXO) localizada em Brasília são responsáveis por aproximadamente 80% do total a ser pago, sendo a Sede do Iphan a unidade de maior percentual representativo no total, 44,48%, o qual em grande parte se refere a contratações de serviços de tecnologia da informação, limpeza e manutenção predial, bem como agência de viagens.

Registra-se na tabela 3, os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto na data base de 31/12/2023.

Tabela 3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

R\$

Fornecedor		31/12/2023	AV (%)
01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	921.745,51	28,90
07637394000132	V. H. CONSTRUCOES LTDA	278.404,47	8,73
05510654000421	ALGAR TI CONSULTORIA S/A	270.395,49	8,48
29994423000156	CONCREJATO SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S/A	191.716,83	6,01
33829938000178	MEHLEN CONSTRUCOES LTDA	191.703,06	6,01
08342488000147	META SERVICOS E MATERIAIS MG EIRELI	87.944,46	2,76
03765032000176	M.RIZZO LABORATORIO DE CONSERVACAO E RESTAURACÃO	79.000,00	2,48
44385667000125	SCO EMPREITEIRA LTDA	76.162,92	2,39
05423963000111	OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	72.167,50	2,26
17764365000195	PRODUTIVA SERVICOS OBRAS MANUTENCAO E LOCACAO	64.296,09	2,02
54897400000170	PIRES GIOVANETTI GUARDIA ENGENHARIA ARQUITETURA	60.355,05	1,89
05774310000187	DUCOL ENGENHARIA LTDA	59.353,73	1,86
27450497000104	PEIXE VIVO HISTÓRIAS: MEMORIA E PATRIMONIO LTDA	54.126,90	1,70
04561375000181	GRAU GRUPO DE ARQUITETURA E URBANISMO SS	46.484,78	1,46
34036212000140	TIME MULTISSERVICOS LTDA	36.983,03	1,16
07705682000187	TS2 ARQUITETURA E CONSTRUCOES LTDA	35.091,06	1,10
43778200000182	PAIOL ARQUITETURA E RESTAURO LTDA	34.305,84	1,08
63339774000161	W LAGE	34.253,62	1,07
20129914000164	CONTINUA SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	33.763,15	1,06
78533312000158	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	31.584,31	0,99
10339944000141	ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI	29.818,76	0,93
11808559000169	INTELIGENCIA SEGURANCA PRIVADA LTDA	29.561,15	0,93
14667684000194	POLC EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E COMERCIO LTDA	29.505,56	0,93
41102641000134	VIASERV TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI	27.690,66	0,87
16516261000107	CULTURA, MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO CAMPO LTDA	25.500,00	0,80
08432848000100	ALPHA PRINT COMUNICACAO VISUAL E EDITORA LTDA	25.000,00	0,78
19210884000137	MRS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI	22.552,12	0,71
-	DEMAIS FORNECEDORES	340.070,37	10,66
TOTAL		3.189.536,42	100,00%

FONTE: SIAFI

A tabela a seguir demonstra de forma qualitativa as principais despesas apropriadas até o final do exercício de 2023.

Fornecedores e Contas a Pagar – Principais Objetos por Fornecedor

R\$

FORNECEDOR	OBJETOS PRINCIPAIS
CONCREJATO SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S/A	Restauração, conservação e modernização do Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Emissão de bilhetes e passagens aéreas.
MEHLEN CONSTRUCOES LTDA	Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Glória, em Salvador, e estabilização de imóvel tombado na cidade de Cachoeira.
ALGAR TI CONSULTORIA S/A	Serviços de suporte técnico de informática.
V. H. CONSTRUCOES LTDA	Reforma e reabilitação de imóvel histórico na cidade de São Luís.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais referem-se aos registros realizados nas contas do passivo do Balanço Patrimonial e que impactam nos contratos diversos no Iphan.

Em 31/12/2023, o Iphan possuía um saldo de R\$ 177.795.331,53 relacionado as obrigações contratuais, isto é, parcelas de contratos que foram executadas em 2023 ou que serão executadas no exercício seguinte.

A tabela a seguir segrega essas obrigações de acordo com o tipo do objeto dos referidos contratos.

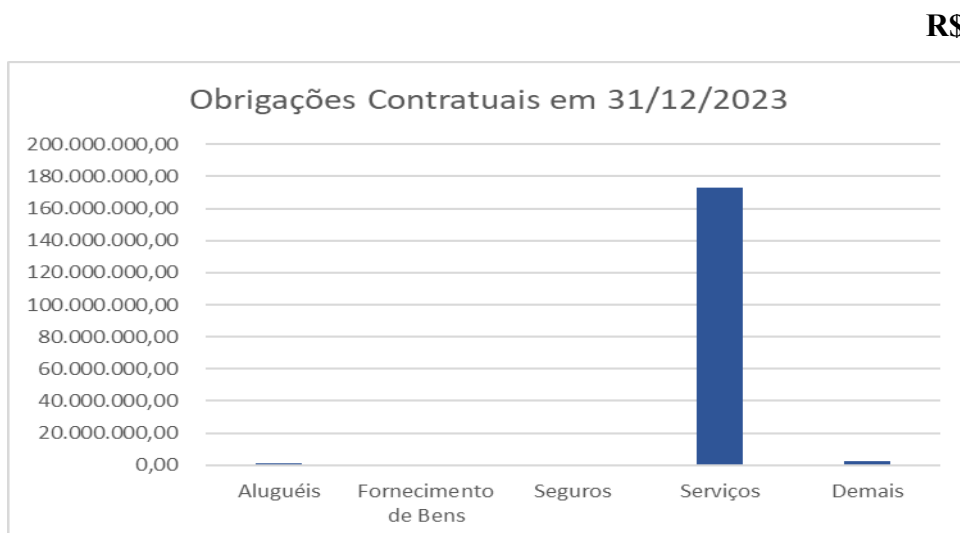
Tabela 4 - Obrigações Contratuais – Por Tipo de Objeto

R\$

Obrigações Contratuais	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Aluguéis	1.486.979,63	1.376.602,34	8,02
Fornecimento de Bens	785.044,04	733.673,83	7,00
Seguros	133.042,67	118.113,04	12,64
Serviços	172.701.658,28	130.652.943,53	32,18
Demais	2.688.606,91	2.688.606,91	0,00
TOTAL	177.795.331,53	135.569.939,65	31,15 %

Fonte: SIAFI

As obrigações contratuais relacionadas com a prestação de serviços representam a maioria das obrigações do Iphan. Esses valores correspondem a 97,14% do total e estão distribuídos especialmente nos contratos de obras ou serviços de engenharia em imóveis tombados, prestação de serviços continuados (terceirização) e demais custos essenciais voltados a manutenção administrativa.



A tabela abaixo demonstra os valores das obrigações contratuais classificados por Unidade Gestora contratante na data base de 31/12/2023. Os percentuais de representação no saldo total evidenciam que os maiores passivos estão registrados pelas Superintendências do Iphan na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

Tabela 5 - Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante

RS

	Unidade Gestora	31/12/2023	AV (%)
343001	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO AMAZONAS	1.639.218,96	0,92
343002	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARA	10.298.987,39	5,79
343004	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO CEARA	250.011,53	0,14
343005	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM PERNAMBUCO	22.941.949,32	12,90
343006	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO	34.821.630,77	19,59
343007	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA	44.875.161,86	25,24
343008	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE	370.412,55	0,21
343009	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SÃO PAULO	2.483.358,04	1,40
343011	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SANTA CATARINA	13.128.131,15	7,38
343012	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO GRANDE DO SUL	379.766,62	0,21
343013	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MINAS GERAIS	3.865.568,09	2,17
343014	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM GOIÁS	3.799.889,00	2,14
343023	CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIAL	3.589.712,96	2,02
343024	CENTRO CULTURAL SÍTIO ROBERTO BURLE MARX	5.931.610,21	3,34
343026	IPHAN SEDE - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	4.070.103,78	2,29
343028	CENTRO LÚCIO COSTA	4.631.795,16	2,61
343029	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL	1.287.411,25	0,72
343030	CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR	2.627.321,36	1,48
343032	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA	2.077.723,46	1,17
343033	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESPÍRITO SANTO	70.206,75	0,04
343034	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO DO SUL	498.533,52	0,28
343036	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PIAUÍ	1.578.686,57	0,89
343037	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RONDÔNIA	642.183,33	0,36
343038	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RORAIMA	82.875,26	0,05
343039	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE	363.296,74	0,20
343040	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ACRE	455.114,14	0,26
343041	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO AMAPÁ	203.643,49	0,11
343042	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO	1.224.959,49	0,69
343043	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM TOCANTINS	449.992,75	0,25
343045	PROGRAMA MONUMENTA	2.796.219,33	1,57
343046	CONDOMÍNIO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA	6.359.856,70	3,58
	TOTAL	177.795.331,53	100,00%

Fonte: SIAFI

Por fim, a tabela abaixo representa os principais contratos no âmbito das unidades gestoras do Iphan, destacando-se novamente as empresas de obras de engenharia, arquitetura e projetos culturais, o que reforça o compromisso do Iphan na execução de sua atividade-fim.

Tabela 6 - Obrigações Contratuais – Por Contratado

R\$

Contratado		31/12/2023
29994423000156	CONCREJATO SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S/A	34.077.884,70
54897400000170	PIRES GIOVANETTI GUARDIA ENGENHARIA ARQUITETURA EIRELI	20.999.446,14
33829938000178	MEHLEN CONSTRUCOES LTDA	18.383.713,27
01278335000139	MARSOU ENGENHARIA EIRELI	13.049.017,55
04550406000107	CONSTRUTORA HABITARE EIRELI	4.525.310,07
34392951000175	CLM ENGENHARIA LTDA	4.014.929,58
25078452000117	CONSTRUTORA BIAPO LTDA	3.659.514,21
42271429000163	FUNDACAO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL VALIA	3.490.296,25
02999652000107	DOMO ARQUITETURA ENGENHARIA E PROJETOS CULTURAIS LTDA	2.868.434,61
01746007000110	ARCAIOS ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETO E RES	2.472.752,05
34145847000186	CONSTRUTORA PENTAGONO LTDA	2.447.832,55
EX9806800	BID	1.919.587,14
15239616000197	STRAHL ENGENHARIA EIRELI	1.825.681,06
01953758000107	MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTD	1.506.286,47
60444437000146	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	1.388.004,85
04269711000117	TEMPO REAL PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA	1.363.264,30
06298743000176	GRILLO E WERNECK PROJETOS E CONSULTORIA EIRELI	1.224.429,44
02650833000123	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	1.188.768,14
09060537000111	LAPA TERCEIRIZACOES E PLANEJAMENTO LTDA	1.132.179,58
34036212000140	TIME MULTISSERVICOS LTDA	1.089.865,47
20129914000164	CONTINUA SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	939.583,63
10380412000158	VIGFAT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	875.690,73
01584861000127	CONSTRUTORA AMAZONAS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	843.104,91
06216846000140	CONSTRUTORA AMBIENTAL LTDA	826.706,52
28871366000155	KIARGOS SERVICOS E FACILITY LTDA	810.697,28
03736617000168	ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA EDUCACAO, CIENCIA E	761.871,86
TOTAL		127.684.852,36

IMOBILIZADO

O imobilizado, por definição, de acordo com a NBC TSP 07, é o conjunto de itens tangíveis mantido para fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, cuja utilização se dará por mais de um exercício. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

No que tange especificamente o Iphan, é possível identificar também o reconhecimento de bens voltados à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, em especial os oriundos do processo de tombamento.

Registra-se ainda que os valores referentes aos itens com valor histórico e cultural, inclusive benfeitorias em bens de terceiros (restauração) não possuem metodologias de mensuração estruturadas e, portanto, o Manual/Macrofunção SIAFI 020334 faculta o reconhecimento e mensuração dos bens do patrimônio cultural.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação por cotas constantes, amortização (quando tiverem vida útil definida) e/ou exaustão, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No entanto, grande parte dos procedimentos contábeis citados acima não foram devidamente implantados e executados no Iphan. Porém, desde julho de 2021, a entidade tem adotado vários procedimentos com o intuito de sanar essas inconsistências, tais como:

- elaboração de inventários físicos patrimoniais, visando a implantação do SIADS, e por conseguinte, a regularização dos bens móveis (depreciação) e intangíveis (amortização);
- a reavaliação de bens imóveis registrados no SPIUNET;
- análise das contas que compõem os demais bens imóveis, a fim de separar as obras executadas em bens pertencentes ao Iphan (uso especial) e aquelas voltadas unicamente a política de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural (bens tombados, mas pertencentes a terceiros).

Na data de 31/12/2023, o imobilizado do Iphan era composto do valor total de R\$ 395.068.335,92.

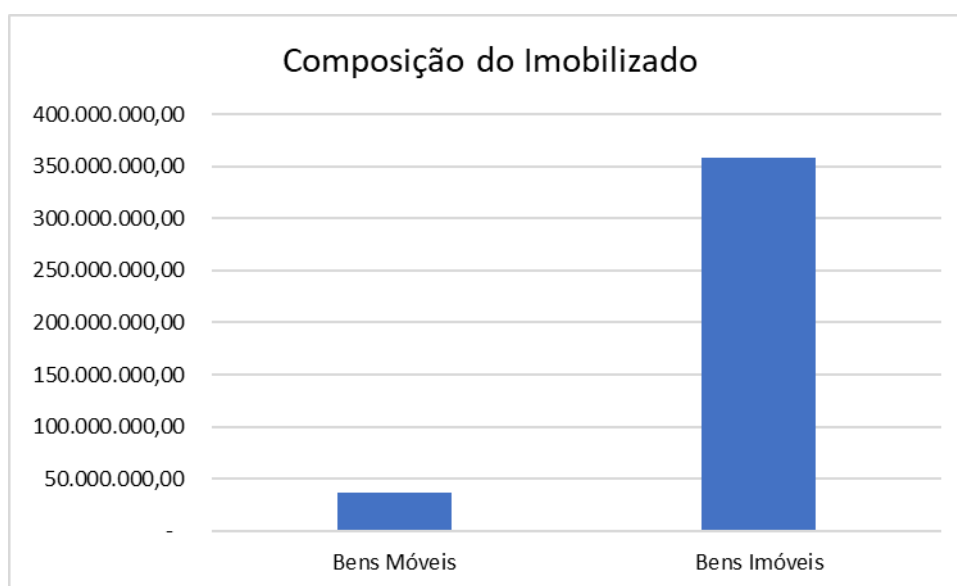
O aumento da depreciação em relação a 31/12/2022 refere-se ao início da implantação do SIADS em algumas unidades do Iphan, o qual calculou e contabilizou depreciações de bens diversos que até então não eram tratadas da forma adequada. Essa conta encerrou o exercício com divergência devido a inconsistências sistêmicas relativas ao SIADS, as quais estão sendo tratados junto ao Ministério da Gestão e Inovação para regularização dos valores no exercício de 2024.

Tabela 7 - Imobilizado Total

RS

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	51.737.960,19	56.374.861,78	- 8,23
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	15.316.446,01	216.981,42	6.958,87
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	360.616.484,93	782.252.125,21	- 53,90
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	1.969.663,19	1.703.886,05	15,60
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
TOTAL	395.068.335,92	836.706.119,52	-52,78%

Fonte: SIAFI



Através da análise da tabela e do gráfico acima é possível comprovar que os valores dos bens imóveis correspondem a 90% de todo imobilizado reconhecido nesta autarquia.

Destaca-se ainda que em 2023 comparado com 2022 houve uma desincorporação dos bens imóveis de -53,90.

Esse resultado foi oriundo da baixa de saldos alongados em obras já encerradas e que o imóvel não pertencia ao patrimônio do Iphan e, sim, a terceiros.

Bens Móveis

Os bens móveis do Iphan em 31/12/2023 totalizavam R\$ 36.421.514,18 e encontravam-se distribuídos nas contas contábeis detalhadas na próxima tabela :

Tabela 8 – Composição dos Bens Móveis

DESCRIÇÃO	RS		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.172.051,28	4.519.252,01	-29,81
BENS DE INFORMÁTICA	16.486.600,85	18.369.648,09	-10,25
MOVEIS E UTENSÍLIOS	15.919.842,75	16.759.601,72	-5,01
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO	3.700.251,50	4.621.706,46	-19,94
VEÍCULOS	12.189.058,62	11.723.609,64	3,97
DEMAIS BENS MÓVEIS	270.155,19	381.043,86	-29,10
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-15.316.446,01	-216.981,42	6.958,87
TOTAL LÍQUIDO	36.421.514,18	56.157.880,36	-35,14%

Fonte: SIAFI

Os Bens Móveis registrados no patrimônio Iphan na data de 31/12/2023 referem-se principalmente a Equipamento de Informática, Móveis, Utensílios e Veículos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 – Distribuição dos Bens Móveis

CONTA CONTÁBIL	RS			
	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	282.785,92	475.578,54	0,55	-40,54
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	599.779,63	836.863,48	1,16	-28,33
EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	119.652,67	158.711,31	0,23	-24,61
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	323.951,44	403.434,81	0,63	-19,70
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	13.018,46	13.018,56	0,03	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	659.263,26	1.360.565,13	1,27	-51,54
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	95.695,36	115.334,54	0,18	-17,03
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	70.530,05	190.228,12	0,14	-62,92
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	17.380,72	29.237,72	0,03	-40,55
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	0,00	3.869,00	0,00	-100,00
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	17.666,88	73.666,88	0,03	-76,02
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	35.661,17	51.742,35	0,07	-31,08
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS	146.751,02	78.422,61	0,28	87,13
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS	786.762,26	725.426,54	1,52	8,46
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.152,44	3.152,42	0,01	0,00
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOG DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	16.486.600,85	18.369.648,09	31,87	-10,25
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.982.679,25	1.836.002,89	3,83	7,99
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	136.159,38	279.360,97	0,26	-51,26
MOBILIÁRIO EM GERAL	13.787.889,51	14.643.917,57	26,65	-5,85
UTENSÍLIOS EM GERAL	13.114,61	320,29	0,03	3.994,60
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	7.725,82	17.709,46	0,01	-56,37
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	6,24	6,57	0,00	-5,02
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	2.822.373,94	3.632.943,19	5,46	-22,31

OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	870.145,50	971.047,24	1,68	-10,39
VEÍCULOS EM GERAL	311.552,34	132.874,82	0,60	134,47
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	11.865.250,30	11.581.088,82	22,93	2,45
AERONAVES	12.255,98	9.646,00	0,02	27,06
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO	43.889,03	0,00	0,08	0,00
BENS NÃO LOCALIZADOS	16.578,79	0,00	0,03	0,00
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	37.393,07	57.763,35	0,07	-35,27
MATERIAL DE USO DURADOURO	170.690,60	320.090,93	0,33	-46,67
OUTROS BENS MÓVEIS	1.603,70	3.189,58	0,00	-49,72
TOTAL	51.737.960,19	56.374.861,78	100,00	-8,22 %

Fonte: SIAFI

Como relatado anteriormente, o Iphan está trabalhando ativamente na regularização dos Bens Móveis, principalmente no que tange a implantação do SIADS, a fim de atender as Normas de Contabilidade e legislações vigentes para administração pública federal.

Registra-se ainda que durante o exercício de 2023, o SIADS foi implantado em cerca de 30% das unidades gestoras executoras do Iphan, resultando assim, na regularização de várias inconsistências patrimoniais, tais como: os procedimentos de depreciação e reavaliação.

A análise negativa dos bens móveis em 2023 foi impactada principalmente pelos vários processos de desfazimentos realizados nas superintendências estaduais e unidades especiais que implantaram de forma efetiva o SIADS.

Bens Imóveis

Os bens imóveis da União e registrados no patrimônio do Iphan em 31/12/2023 totalizavam R\$ 358.646.821,74 distribuídos nas seguintes contas contábeis:

Tabela 10 - Composição dos Bens Imóveis

DESCRIÇÃO	RS		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
BENS DE USO ESPECIAL	149.974.521,08	153.923.610,30	-2,57
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	181.901.561,06	597.137.040,86	-69,54
INSTALAÇÕES	15.200.947,56	16.734.853,03	- 9,17
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	13.539.455,23	13.428.721,70	0,82
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-	-	-
DEPRECIACÃO ACUMULADA	- 1.969.663,19	- 1.703.886,05	15,60
TOTAL	358.646.821,74	779.520.339,84	-53,99%

Fonte: SIAFI

Os Bens de Uso Especial que compõem o patrimônio do Iphan são constituídos por Museus e Palácios, com destaque de relevância para as propriedades que formam o Sítio Roberto Burle Marx, localizado na cidade do Rio de Janeiro, o qual, inclusive, recebeu o título de Patrimônio Mundial, atribuído pela UNESCO.

SÍTIO ROBERTO BURLE MARX



Tabela 11 - Bens de Uso Especial

DESCRIÇÃO	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	23.986.611,79	26.604.642,05	-9,84
EDIFÍCIOS	32.151.871,02	32.151.871,02	0,00
TERRENOS E GLEBAS	562.140,60	562.140,60	0,00
ARMAZÉNS E GALPÕES	14.236.071,56	14.236.071,56	0,00
AQUARTELAMENTOS	4.644.653,86	4.644.653,86	0,00
AEROPORTOS, ESTAÇÕES E AERÓDROMOS	1.363.002,94	1.363.002,94	0,00
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	298.611,89	298.611,89	0,00
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	1.043.007,75	1.043.007,75	0,00
IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	1.625.600,00	1.625.600,00	0,00
MUSEUS E PALÁCIOS	58.261.407,34	58.695.478,71	-0,74
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	783.439,21	783.439,21	0,00
SALAS	229.349,03	229.349,03	0,00
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	9.648.364,99	123.543,72	7.709,68
BENS DE INFRAESTRUTURA	123.543,72	11.562.197,96	-98,93
TOTAL	148.957.675,70	153.923.610,30	-3,23%

Fonte: SIAFI

Tabela 12 - Bens de Uso Especial sem Registro no SPIUNET

DESCRIÇÃO	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	292.910,53	303.964,47	-3,64
EDIFÍCIOS	661.409,70	661.409,70	0,00
MUSEUS E PALÁCIOS	11.745,00	11.745,00	0,00
SALAS E ESCRITÓRIOS	50.780,15	50.780,15	0,00
TOTAL	1.016.845,38	1.027.899,32	-1,08%

Fonte: SIAFI

Os bens imóveis sem registros no SPIUNET correspondem a bens em processo de intervenção e restauração por meio de projetos firmados através de Termos de Compromissos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas.

Tabela 13 - Demais Bens Imóveis

DESCRIÇÃO	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
OBRAS EM ANDAMENTO	163.976.581,57	559.967.946,15	-70,72
ESTUDOS E PROJETOS	17.924.979,49	37.169.094,71	-51,77
INSTALAÇÕES	15.200.947,56	16.734.853,03	-9,17
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	13.539.455,23	13.428.721,70	0,82
TOTAL	210.641.963,85	627.300.615,59	-66,42%

Fonte: SIAFI

Os Demais Bens Imóveis compreendem em sua maioria projetos e obras em andamento em imóveis de propriedade do Iphan e que são ocupados pelas superintendências estaduais, unidades especiais e escritórios técnicos. Salienta ainda que essa conta também engloba os valores relativos as obras de intervenção, conservação e restauração de bens tombados.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Os ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2023, o Iphan apresentou um saldo de R\$ 5.253.319,11 relacionado a intangíveis, sendo que sua classificação pode ser verificada na tabela abaixo:

Tabela 14 – Intangível

DESCRIÇÃO	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	-	-	-
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	5.211.501,94	4.567.679,72	14,10
MARCAS, DIREITOS E PATENTES - VIDA ÚTIL INDEFINIDA	41.817,17	41.817,17	-
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-	-	-
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-	-	-
TOTAL	5.253.319,11	4.609.496,89	13,97 %

Fonte: SIAFI

No grupo intangível, destaca-se o item de softwares com vida útil indefinida, sendo que a totalidade de seu reconhecimento está registrada em projetos de tecnologia da informação na Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (sede do Iphan) e no Centro Cultural Sítio Burle Marx.

Os valores com Marcas Direitos e Patentes referem-se a linhas telefônicas adquiridas antes da privatização do Sistema de Telecomunicações e que deverão ser reclassificadas para contas de investimento.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

No 4º trimestre de 2023, o Balanço Orçamentário do Iphan evidencia um total de receitas realizadas de R\$ 1.262.182,16.

As receitas orçamentárias arrecadadas são classificadas como : patrimoniais, de serviços e outras receitas.

Atualmente, as receitas do Iphan resultam de aluguéis pagos por terceiros em bens imóveis pertencentes a esta autarquia, do auto de infração da Portaria 187/2010 e dos serviços de bilheteria do Sítio Roberto Burle Marx e do Parque Histórico Nacional das Missões.

BALANÇO FINANCEIRO

No 4º trimestre de 2023, o Balanço Financeiro demonstra um aumento das receitas orçamentárias de cerca de 70% comparado com o exercício de 2022 em razão da arrecadação já informada no balanço orçamentário.

No que tange o item despesa orçamentária ocorreu uma elevação de 16% impulsionada pela PEC da Transição do novo governo iniciado em 01/01/2023, já que o Ministério da Cultura teve um incremento substancial dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

Entretanto, o aumento dos recursos orçamentários recebidos também resultou no crescimento de quase 50% dos empenhos inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

As variações patrimoniais aumentativas do Iphan em 2023 superaram as variações patrimoniais diminutivas o que propiciou um resultado positivo de R\$ 21.247,478,45.

Registra-se que a grande maioria das variações patrimoniais aumentativas do Iphan são oriundas de transferências intragovernamentais, em especial, os repasses realizados pela União.

No que diz respeito as variações patrimoniais diminutivas no exercício de 2023, as mais relevantes foram: as transferências realizadas através de convênios e instrumentos congêneres entes públicos e entidades privadas, as despesas com serviços de manutenção administrativa e a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos desta autarquia.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa no 4º trimestre de 2023 evidencia que os fluxos do Iphan se concentraram nas atividades operacionais.

Dessa forma, os ingressos no caixa foram impactados principalmente por transferências financeiras recebidas da União. Isso porque, os recursos próprios limitam-se aos valores arrecados através das multas aplicadas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio edificado, aos aluguéis ou cessão de bens imóveis e as bilheterias dos centros culturais pertencentes ou administrados pela autarquia.

No que se refere as saídas de caixa as despesas de maiores vultos foram: as de pessoal, as previdenciárias e as de cunho cultural.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No último trimestre de 2023, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido elucida que mais da metade do patrimônio finalizado em 2022 sofreu ajustes de exercícios anteriores.

Esse valor é resultado da desincorporação de ativos registrados incorretamente na conta de obras em andamento como já citado no item imobilizado.

Portanto, após a análise dos lançamentos contábeis, constatou-se que mais de R\$ 400 milhões dos bens imóveis (obras já finalizadas) não pertenciam efetivamente ao patrimônio do Iphan, e sim, a terceiros.

Registra-se que tal inconsistência patrimonial foi resultado da incorporação de obras de restauração, conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.